



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

A C Ó R D Ã O Nº 94

Feito : Processo Nº 561/91-TCE/ACRE

Interessado : JOSÉ CARLOS FREIRE GOUVEIA,
Secretário, em exercício, de Indústria
e Comércio

Relator : Conselheiro JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA

Assunto : Prestação de Contas do Centro de Apoio
a Pequena e Média Empresa do Estado
do Acre - CEAG/ACRE-Exercício de 1990.

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO CEAG/ACRE,
EXERCÍCIO DE 1990 - julgou-se incompetente
o Tribunal de Contas do Estado do
Acre, visto que aprovada pelo Tribunal
de Contas da União, via CEBRAE.
Arquivamento do feito.

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo
Nº 561/91, acima indicado, A C O R D A, por maioria, o
Tribunal de Contas do Estado do Acre, acolher o voto do
Conselheiro Relator, acompanhado do voto de desempate do
Conselheiro Presidente, para julgar incompetente esta Corte e
determinar o arquivamento do feito, já aprovado pelo Colendo
Tribunal de Contas da União. Divergentes os eminentes
Conselheiros Hélio Saraiva de Freitas, Isnard Bastos Barbosa
Leite e Valmir Gomes Ribeiro, que votaram pelo desmembramento
da Prestação de Contas do CEAG-ACRE, exercício de 1990, para
serem apreciados, os recursos oriundos da União, repassados pe-
lo CEBRAE e os recursos recebidos do Executivo Estadual.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do
Acre.

Rio Branco-Ac, 12 de setembro de 1991.-

Cons. JOSÉ EUGENIO DE LEÃO BRAGA

Presidente

Cons. JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA

Relator

Fui presente:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

1.º e 2.º de 1991

Processo nº 2011-1-17-1991

Intervento : JOSÉ SAULOS ARAÚJO DE FARIAS

Relatório : Relatório, em 1991, de 1991

Relatório

Relatório : Relatório de 1991 de 1991

Relatório : Relatório de 1991 de 1991

Relatório : Relatório de 1991 de 1991

PRESTAÇÃO DE CONTAS

EXERCÍCIO DE 1990 - 1991

Relatório

Relatório

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

Este documento foi publicado no
DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO Nº 5.630

d 03/10/1991

Secretária do Plenário

Cons. JOSÉ EUGÊNIO DE LIMA BRAGA

Presidente

Cons. JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIAS

Relatório

Relatório



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

PROCESSO Nº 561/91-TCE/ACRE

RELATÓRIO:

O Senhor Conselheiro **José Augusto Araújo de Faria**, Relator: " A Secretaria de Indústria e Comércio do Estado do Acre encaminhou através de OF/SIC/GS/Nº 076/91, datado de 22.04.91, a este TCE, a Prestação de Contas do Centro de Apoio a Pequena e Média Empresa do Estado do Acre - CEAG/ACRE, relativa ao exercício de 1990.

Informações de fls. 3, subscrita por seu Secretário Executivo, **Messias Freire da Silva**, nos esclarece que o Relatório Físico-Financeiro e o Balanço Geral de 1990 (anexo ao Processo nº 561/90), foram encaminhados ao próprio CEBRAE que prestou contas ao Tribunal de Contas da União, sendo a prestação de Contas aprovada por aquela Corte de Contas.

A 3ª IGCE, deste TCE, às fls. 30/31 do Processo Nº 561/91, pronunciou-se a respeito da aludida Prestação de Contas (CEAG/ACRE).

É o Relatório."

CONCLUSÃO E VOTO

O Senhor Conselheiro **José Augusto Araújo de Faria**, Relator: " O CEAG/ACRE, vinculou-se à Secretaria de Indústria e Comércio do Estado do Acre, através da Lei Estadual nº 950, de 02.07.90. Até 01.07.90, funcionava neste Estado o CEAG/ACRE como um Agente do CEBRAE - CENTRO BRASILEIRO DE APOIO À MICRO, PEQUENA E MÉDIA EMPRESA, órgão federal que centralizava e controlava as atividades dos CEAG's em todo o Brasil.

É bom salientar que tivemos o exercício de 1990 partilhado, seis meses de recursos federais e seis meses de recursos do Estado do Acre. Poderíamos inferir que no primeiro semestre a competência para julgar a prestação de contas do CEAG/ACRE seria obviamente do Tribunal de Contas da



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

Pelo princípio da anualidade, que orienta o Diretor Financeiro no concernente às atividades orçamentárias e financeiras dos órgãos que compõem administração pública, a dualidade de competência é inadmissível e a prova concreta desta assertiva caracterizou-se pelo acolhimento, julgamento e a aprovação da Prestação de Contas do CEAG/ACRE pelo Tribunal de Contas da União.

Isto posto, VOTO:

Pela ilegitimidade de competência deste TCE para julgar a Prestação de Contas do CEAG/ACRE - exercício de 1990.


Arquive-se o processo em pauta."

DECISÃO:

Conforme consta na papeleta de julgamento de fl. 42, a decisão é a seguinte:

" Decidiu-se, por maioria, acolher o voto do Conselheiro Relator, acompanhado pelo voto de desempate do Conselheiro Presidente, pela incompetência deste Tribunal de Contas e o arquivamento do feito, já aprovado pelo Tribunal de Contas da União. Divergentes os eminentes Conselheiros Hélio Saraiva de Freitas, Isnard Bastos Barbosa Leite e Valmir Gomes Ribeiro, que votaram pelo desmembramento da Prestação de Contas do CEAG/ACRE, exercício de 1990, para apreciação, os recursos oriundos da União, repassados pelo CEBRAE e os recursos recebidos do Estado do Acre".

Presidiu a sessão o Conselheiro José Eugênio de Leão Braga. Participaram do julgamento além do Relator, os Conselheiros Alcides Dutra de Lima, Marciliano Reis Fleming, Hélio Saraiva de Freitas, Isnard Bastos Barbosa Leite e Valmir Gomes Ribeiro. Presente o representante do Ministério Público Especial, Desembargador Fernando de Oliveira Conde.


Ecilda Araújo de Freitas
Secretária do Plenário